

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
ABREVIATURAS	19
1. A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	23
1.1 Noções gerais	23
1.2 Bem ambiental	25
1.2.1 Conceito de bem ambiental	25
1.2.2 O bem ambiental e a nova ordem constitucional ..	26
1.2.3 A natureza jurídica do bem ambiental	28
1.2.4 O bem ambiental e o direito de propriedade	29
1.3 Competências em matéria ambiental	34
1.3.1 Competência legislativa	35
1.3.2 Competência material	38
1.4 Conclusões	39
2. MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	41
2.1 Tutela coletiva ambiental	41
2.1.1 Ação popular constitucional	42
2.1.2 Ação civil pública	46
2.1.3 Outros meios processuais de tutela ambiental	53
2.2 Conclusões	56
3. O INQUÉRITO CIVIL COMO MEIO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	57
3.1 Considerações gerais	57
3.2 O Ministério Público na condução do inquérito civil ...	62
3.3 Conclusões	64

4. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	65
4.1 Considerações gerais	65
4.2 Natureza jurídica	68
4.3 Objeto	71
4.4 Legitimidade	72
4.5 Revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público ..	77
4.6 Aspectos formais	84
4.6.1 Admissão da ocorrência do dano ou risco de dano..	85
4.6.2 Consequências para o caso de descumprimento ..	86
4.6.3 Indicação da destinação das quantias em dinheiro ..	87
4.6.4 Quem deve assinar o termo de compromisso de ajustamento	89
4.6.5 Garantias ao ajustamento de conduta	93
4.7 Efeitos do compromisso de ajustamento de conduta	95
4.8 A mutabilidade do compromisso de ajustamento de con- duta	97
4.9 Publicidade	99
4.10 Desconstituição do termo de ajustamento de conduta..	101
4.11 Conclusões	102
5. APONTAMENTOS SOBRE O COMPROMISSO DE AJUSTA- MENTO DE CONDUTA AMBIENTAL	105
5.1 A importância para a tutela do meio ambiente	105
5.2 Objeto	107
5.2.1 Obrigações de fazer	109
5.2.2 Obrigações de não fazer	114
5.2.3 Obrigações de dar coisa certa	116
5.2.4 Indenização em dinheiro (danos irreparáveis)	116
5.2.5 Compensação por equivalente	119
5.2.5.1 Natureza jurídica	119
5.2.5.2 Vantagens e desvantagens	121
5.3 Cominação	123
5.3.1 Obrigatoriedade	123
5.3.1.1 A cominação como ato vinculado	124
5.3.1.2 Consequências da falta de cominação ...	125

5.3.2	Natureza jurídica da cominação	126
5.3.2.1	Espécies de cominação	127
5.3.2.2	Sanção pecuniária	128
5.3.2.2.1	Valor da cominação	128
5.3.2.2.2	Inaplicabilidade do art. 412 do CC.....	130
5.3.2.2.3	Da necessidade de observância diferenciada para as cominações de cada uma das obrigações assumidas	131
5.4	A importância de atuação homogênea por parte dos órgãos legitimados	132
5.4.1	A atuação do Ministério Público	132
5.4.2	A atuação dos demais órgãos públicos	134
5.5	O ressarcimento das despesas com a prestação de serviços técnicos científicos para verificação do dano ambiental	134
5.6	O termo de ajustamento de conduta e os crimes ambientais	135
5.7	Conclusões	137
6.	COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL PRELIMINAR	141
6.1	Natureza jurídica	141
6.2	Objeto	142
6.3	Enquadramento legal	144
6.4	Efeitos do ajustamento preliminar	145
6.5	Continuidade das investigações pelo órgão legitimado a tomar o ajustamento	145
6.6	Conclusões	146
7.	A EXECUÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL	147
7.1	Introdução	147
7.2	Procedimentos	148

7.2.1	Execução de obrigação de fazer	148
7.2.2	Execução de obrigação de não fazer	154
7.2.3	Execução de dar coisa certa ou incerta	155
7.2.4	Execução de quantia certa	156
7.3	A competência em sede de execução da tutela coletiva ..	161
7.4	Legitimidade para a execução do título	162
7.5	Legitimidade passiva na execução do termo de ajusta- mento de conduta	165
7.6	O poder-dever de executar o título inadimplido	166
7.7	A extinção da execução de título executivo baseado em compromisso de ajustamento de conduta	167
7.8	Conclusões	169
8.	A RESPONSABILIDADE DOS LEGITIMADOS PELO AJUS- TAMENTO FIRMADO	173
8.1	Responsabilidade ambiental cível	173
8.2	Responsabilidade por ato de improbidade administra- tiva	184
8.3	Responsabilidade penal	191
8.4	Responsabilidade administrativa	197
8.4.1	Sanções administrativas ambientais	197
8.4.2	Sanções disciplinares	199
8.5	Conclusões	200
	BIBLIOGRAFIA	203
	APÊNDICE	213
1.	Legislação	215
	Lei 6.938, de 31.08.1981	215
	Lei 7.347, de 24.07.1985	238
	Dec. 1.306, de 09.11.1994	243
	Lei 9.008, de 21.03.1995	246
2.	Súmulas do CSMP-SP de interesse	249

3. Modelos de compromisso de ajustamento de conduta	253
Arquivos públicos	253
Cláusula de compensação por equivalente	256
Extração ilegal de minério	259
Poluição sonora – Estabelecimento comercial	261
Poluição sonora decorrente de cultos religiosos	263
Preservação de patrimônio histórico, cultural e arquitetônico ..	265
Prevenção de dano em área de preservação permanente	267
Proteção à fauna – Centro de controle de zoonoses	269
Proteção à fauna – Manutenção de animais silvestres em cati- veiro	275
Proteção à fauna – Pesca ilegal	277
Proteção à fauna – Regularização de jardim zoológico	279
Retirada de areia de praia	281
Unidades de conservação	283